

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal do Brasil

CLASS. : Mineral em MS

DATA : 13. 9. 85

PG. : 135

DNPM deixa minerar em terra indígena à revelia de Ministro

Brasília — O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em ato publicado no Diário Oficial de 11 de setembro, autorizou a pesquisa mineral em áreas indígenas através de 127 alvarás a empresas de mineração, com o assentimento da Funai, cujos processos liberatórios tinham sido anteriormente indeferidos pelo órgão, segundo a denúncia dos indigenistas Cláudio Romero, Ezequias Heringer, Porfírio Carvalho e Odenir Oliveira na Câmara dos Deputados. Eles foram demitidos pelo atual presidente da Funai, Alvaro Villas-Boas.

O Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto, que até ontem desconhecia o assunto, inteirou-se dele através da denúncia, apressando-se em declarar que a autorização do DNPM colide com a definição do Governo de não admitir novas liberações para pesquisa ou mineração das terras ocupadas pelo índios, em entendimento, inclusive, com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

Surpresa

Os dois Ministros se disseram surpreendidos com a decisão do DNPM, reafirmando como irreversíveis suas posições contrárias às atividades de mineração em áreas indígenas, mas indigenistas exibiam o Diário Oficial, onde ficam reconsiderados os despachos de indeferimento do requerimento de autorização de pesquisa mineral em terras dos yanomami waimiri-atroari, em Roraima; kayapó e surui; no Pará, tuhano, no Amazonas, e outros.

Os indigenistas acusam Álvaro Villas-Boas de direcionar sua administração na defesa dos interesses economicistas em detrimento do cumprimento das leis de proteção às comunidades indígenas. Numa nota distribuída à imprensa, Cláudio, Ezequias, Porfírio e Odenir escreveram que, "além de burlar as leis pertinentes ao assunto, tal medida trai a luta dos índios, que sempre se posicionaram pela autonomia dos seus territórios, determinação apoiada por vários setores da sociedade e em várias ocasiões".

Eles chamam atenção para a coincidência da autorização do "esbulho" do patrimônio indígena ocorrer no mesmo momento em que são demitidos 23 indigenistas dos quadros da Funai, que sempre assumiram as reivindicações dos índios e a defesa dos seus territórios.

A nota diz ainda que "o autoritarismo do ato da demissão escondeu os reais interesses não só do lobby existente na Funai em defesa das mineradoras, como também do próprio Ministério do Interior, que vem se posicionando ostensivamente a favor de grupos econômicos interessados nas terras indígenas".

Garimpeiros querem mudanças no Código

Com o objetivo de reestruturar a exploração mineral no Brasil (estima-se que o país perca por ano até 2 bilhões de dólares apenas com gemas e pedras semipreciosas), o Sindicato Nacional dos Garimpeiros está liderando uma campanha que pretende motivar o Congresso para alterar o Código Brasileiro de Mineração.

Eliezer Jucá Soares, coordenador sindical para a Região Amazônica, critica a atual legislação, de 1967, que "concentra na mão das mil maiores empresas do ramo, a grande maioria multinacionais, 85% das concessões para pesquisa e lavra — só a British Petroleum tem mais de 5 mil concessões

Limitação legal

Em uma primeira etapa, de emergência, o Sindicato propõe a modificação dos Artigos 26, 31, 37, 74 e 77 e a revogação dos Artigos 87 e 95, de modo a que se inverta a característica atual da exploração. A alteração traria basicamente a redução do limite legal para autorização de pesquisa, que hoje pode chegar até a 20 mil 400 autorizações por empresa, em áreas por concessão de até 10 mil hectares.

Eliezer Jucá lembra que existem empresas mineradoras que têm até 35 subsidiárias, o que multiplicaria estes números. E explica que "o Artigo 87 diz simplesmente o seguinte: "Não se impedirá por ação judicial de quem quer que seja o prosseguimento da pesquisa ou lavra." Basta este artigo para evidenciar o absurdo e o perigo da legalização em vigor".

Do grupo das mil maiores empresas mineradoras operando no Brasil, o Sindicato tem catalogadas 582 como multinacionais e muitas outras com capital associado e investimento brasileiro, "mas na verdade agindo como testas de ferro das multinacionais", segundo Jucá.

Com todo esse domínio de grandes grupos — diz o garimpeiro — a produção oficial brasileira está muito abaixo do que seria de se esperar, o que evidencia a evasão, o contrabando. Nossa produção oficial de ouro é de 50 toneladas por ano, mas a realidade deve andar perto das 300 toneladas. Não existe registro de produção de pedras preciosas em Israel ou na Índia, no entanto esses países são exportadores desses minerais. De onde vem as pedras?

Jucá diz que do outro lado dessa campanha que o Sindicato Nacional dos Garimpeiros vem liderando, "está a própria sobrevivência dos garimpeiros, que são de 800 a um milhão em todo o país, e que o sindicato acredita que podem triplicar, desde que sob nova estrutura".

Com apoio de comissões técnicas, e tendo como exemplo um projeto de reestruturação do garimpo de Serra Pelada, o Sindicato espera oferecer alternativas de solução capazes de consolidar e desenvolver estes garimpos.

Entre as muitas opções, Edison Suszczynski, assessor técnico de política mineral do sindicato, lembra as associações sob a forma de cooperativas com empresas nacionais, sob o controle de órgãos públicos.

A viabilização de garimpos como Serra Pelada, "hoje uma estrutura caótica com 80 mil homens, "para ele pode representar "uma opção de desenvolvimento para o país, com a geração de riquezas, de mão-de-obra. Serra Pelada pode ser um pólo de desenvolvimento, com o trabalho produtivo de aproximadamente 250 mil garimpeiros. É preciso para isso que o poder público cumpra o seu papel, primeiro mudando a legislação e depois oferecendo os meios para que a comunidade se organize e cresça".

A visão do Sindicato Nacional dos Garimpeiros, explica Suszczynski, não tem a exploração mineral como um fim, mas como um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar do povo.